

fases que requerem as obras de reforma de dois pavilhões, demolição das muralhas e implosão de dois pavilhões, construção de um novo pavilhão de exposições o gerenciamento de toda a obra, devendo consumir R\$ 70 milhões.

Grupo Gestor do Programa Multisetorial ECOPEFI (Parque Estadual Fontes do Ipiranga) - o Parque Estadual das Fontes do Ipiranga - PEFI, é considerado a maior área de mata natural inserida em área urbana no país abrigando várias instituições, administradas por diversas Secretarias de Estado, tais como: Jardim Botânico, Instituto de Botânica, Fundação Zoológico o Instituto Astronômico e Geofísico, Parque CienTec da USP, o Hospital Psiquiátrico, o Departamento de Assistência aos Psicopatas, o Instituto de Botânica, a Fundação Parque Zoológico de São Paulo, o Parque Zôo Safári, o Centro de Esportes, Cultura e Lazer (SEADS) que inclui um CIC - Centro de Integração da Cidadania e um Centro Profissionalizante Paula Souza.

Dada a necessidade de aprimorar a forma de gestão da área e buscar a sua integração e compartilhamento pelas unidades estaduais lá instaladas, em agosto foram aprovadas as seguintes medidas: 1) elaborar um programa multisetorial, envolvendo e integrando os órgãos envolvidos para uma gestão participativa; 2) estabelecer um plano emergencial focado nas prioridades básicas; 3) criar um Comitê de Gestão do Ecopefi para gerenciamento integrado do programa; e 4) aprofundar estudos objetivando a criação de uma entidade para auxiliar e agilizar a Gestão. A importância da gestão compartilhada do PEFI tem fundamento na ação que o Governo deverá continuar desempenhando na área. Com a sua implantação, testes e aprimoramento, o novo modelo de gestão sugerido poderá ser utilizado na gestão de outros parques estaduais.

Grupo Técnico do CERET - criado pela Resolução CC-28, de 06-04-2005, o GT apresentou relatório contendo análise da situação atual e sugeriu ações frente à necessidade de apuração de irregularidades que podem consubstanciar graves ilícitos administrativos. Indicou a necessidade de renovação dos representantes do Estado nos Conselho Curador e Fiscal, da apuração das irregularidades pelas instâncias específicas e da integração entre os trabalhos da nova Diretoria e o Presidente da Fundação. Finalmente, apresentou minuta de decreto para alteração estatutária da Fundação, com o objetivo de torná-la uma entidade transparente, eficiente e voltada à comunidade.

Grupo Técnico da JUCESP - criado pela Resolução CC-84, de 10-12-2004, o GT com o objetivo de elaborar um plano de trabalho para revisão de processos, simplificação e disponibilização por meios eletrônicos dos serviços prestados pela Junta Comercial do Estado de São Paulo, da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Foi coordenado pela Casa Civil, através da SGE, que fez as articulações, deu o suporte necessário para o andamento dos trabalhos, bem como fez o acompanhamento das várias etapas da elaboração da proposta de trabalho que foi apresentada ao CQGP e devidamente aprovada. O desenvolvimento e a implementação da proposta de trabalho estão sendo acompanhados no painel da Agenda SP21.

Grupo Técnico da Governança Municipal - a Resolução CC-67, de 5-10-2005, instituiu o Grupo Técnico junto ao CQGP, com o objetivo de acompanhar a implementação do projeto-piloto (vide texto acima), estabelecer e avaliar indicadores de resultado, assegurar transferência de tecnologia entre os parceiros internos e elaborar estudos e propostas de implementação de uma política estadual de apoio à governança municipal. Os resultados esperados são o aprimoramento da gestão pública municipal, a integração município-sociedade e Estado-municípios, visando a maior eficiência e eficácia das ações públicas.

Acompanhamento do CGPS - o decreto nº 48.484, de 04 de fevereiro de 2004, cria o Comitê Gestor de Política Social junto à Casa Civil cujos objetivos são: a) articular e integrar políticas, programas e ações do Governo Estadual na área social, inclusive com outras instâncias governamentais e privadas; b) fortalecer a interação entre os órgãos e entidades com atuação na área social, promovendo a viabilização de possíveis formas de ação conjunta. Presidido pelo Secretário-Chefe da Casa Civil, o Comitê trabalha para a integração e articulação de projetos já desenvolvidos pelas Secretarias Estaduais, buscando sempre a parceria com os governos municipais e o federal. A SGE presta assessoria executiva a esse Comitê.

Unidade de Desenvolvimento e Orientação Estratégica - Objetiva estimular e apoiar a adoção de práticas de Gestão Estratégica no âmbito do Governo do Estado de São Paulo visando à busca da excelência e o aumento da eficácia das ações públicas. Ações:

Agenda SP21 - sistema de gestão e acompanhamento de programas e projetos cujo componente nuclear é uma metodologia capaz de estruturar as ações oferecendo os elementos essenciais para o planejamento e acompanhamento dos programas e projetos do Governo. A metodologia contempla também ferramentas para planejamento e gestão estratégica organizacional. Dentre os principais benefícios da metodologia, podemos destacar as ferramentas capazes de propiciar uma mudança cultural contribuindo fortemente para o deslocamento do foco nos "meios" para o foco em "resultados" contendo elementos que contribuem para a permeabilização dos princípios de contratualização, responsabilização, estruturação das informações e apoio à tomada de decisão através da melhor definição do fluxo do processo decisório. No ano de 2005 a SGE, por meio da Agenda SP 21, contribuiu para disseminação da cultura de gestão através das seguintes ações:

Curso de Desenvolvimento Gerencial - dentre as várias ações do "Programa Gestão Pública e RH", coordenada pela Subsecretaria de Gestão e Recursos Humanos, um dos destaques é o Programa de Desenvolvimento Gerencial - PDG, cuja meta é formar 9.000 gestores até dezembro de 2006. A SGE participou no desenvolvimento de cursos inseridos no PDG, tais como: para Gerentes do PPA, Curso PDG - G2 e Curso de Indicadores para Monitoramento de Programas e Projetos, fornecendo a metodologia para estruturação de módulos específicos, elaborando material didático, apostilas, planos de aulas e apresentações, bem como oferecendo instrutores que participam esporadicamente de algumas turmas visando manter e aperfeiçoar o nível do módulo, atentando para evitar desvios da metodologia e melhorar a integração metodológica com as demais disciplinas e, em especial, com o PPA.

Manutenção do Painel de Acompanhamento dos Programas e Projetos Prioritários - em cumprimento do Decreto nº 49.003/04, que instituiu a Agenda SP21 como o Sistema de Acompanhamento dos Programas, Projetos, Atividades e Obras Prioritários do Governo Estadual, a SGE acompanhou, por meio do Paine

l da Agenda SP21, 131 projetos e programas prioritários. O painel, não automatizado, está sofrendo alterações em sua forma de atualização e possibilitará, ao gestor responsável, total alimentação de dados.

Parcerias com a Prefeitura Municipal de São Paulo - foram incorporadas no Paine

l da Agenda SP 21 para acompanhamento, as parcerias e convênios firmados entre o Estado e a Prefeitura de São Paulo. São um total de 21 projetos, sendo 14 já formatados e em acompanhamento, e 7 em fase de formatação. Com esse acompanhamento, temos identificados os gestores dos projetos/programas, os valores investidos em

cada um, sua evolução física, a previsão de término/inauguração, bem como sua situação real e atual.

Produção de Informações Qualificadas sobre Programas Sociais e População Beneficiária - projeto elaborado pela SGE junto à SEADE, visando obter informações atualizadas, que permitam a caracterização da situação socioeconômica e demográfica paulista, por meio da elaboração de estudos e geração de indicadores e índices. A partir destes será possível o aprimoramento da capacidade do Estado na articulação, integração, avaliação e gestão estratégica dos programas, projetos e ações governamentais, visando a elaboração de políticas públicas, bem como a disseminação dos seus resultados à sociedade. Foi assinado em dezembro o Termo de Convênio entre a Casa Civil e a SEADE, cabendo à esta SGE o papel de gestor do projeto, controlando e fiscalizando a sua execução.

Sistema de Informação Geográfica - trata-se do uso de um sistema de informação espacial e procedimentos computacionais que permitem e facilitam a análise, gestão ou representação do espaço e dos fenômenos que nele ocorrem. O uso desta tecnologia para monitoramento e análise dos programas e projetos que estão sendo desenvolvidos e acompanhados pela SGE é de suma importância pela diversidade das demandas recebidas e pela possibilidade de relacionar a informação existente, através da posição e topologia dos objetos analisados para gerar novas informações. O sistema está em fase de homologação e poderá ser aplicado imediatamente em vários projetos em andamento como, por exemplo, Projeto de Monitoramento do Programa ECOPEFI, Governança Municipal, Mapa Estratégico, Cadastro de Obras e Ações do Governo, Acervo Arbóreo do Palácio dos Bandeirantes, Desenvolvimento do Vale do Ribeira, entre outros.

Site do Programa Multisetorial ECOPEFI (Parque Estadual Fontes do Ipiranga) - em fase de homologação, o site integra as várias instituições que compõe o ECOPEFI, a saber: Jardim Botânico, Instituto de Botânica, Fundação Zoológico o Instituto Astronômico e Geofísico, Parque CienTec da USP, o Hospital Psiquiátrico, o Departamento de Assistência aos Psicopatas, o Instituto de Botânica, a Fundação Parque Zoológico de São Paulo, o Parque Zôo Safári, o Centro de Esportes, Cultura e Lazer (SEADS) que inclui um CIC - Centro de Integração da Cidadania e um Centro Profissionalizante Paula Souza. Estará disponível para o público em geral, contendo descrição, escopo e ações do Programa, versão ampliada de fotos das áreas que compõe o ECOPEFI, localização, notícias, contato, espaço para denúncias e divulgação de eventos, além de uma área restrita para que os gestores compartilhem documentos.

Grupo de Produção de Informações Estratégicas - A unidade tem como função a produção de dados e informações relativos às obras/ações realizadas pelo Estado, organizadas por município, Secretaria e região de governo, com o objetivo de orientar o Governador nas suas visitas aos municípios, audiências com Prefeitos, etc. A junção, numa única ficha, das obras/ações realizadas no município ou região de governo, fornece ao Governador parâmetros de análise e avaliação para a tomada de decisões. O grupo atende, também, às demandas de informações da Casa Civil e Assessoria de Imprensa. Produz, mensalmente, 644 fichas municipais completas, 644 resumos das fichas municipais, 47 fichas regionais e respectivos resumos, 96 fichas distritais do município de São Paulo e respectivos resumos, 8 fichas agregadas por regiões da Capital e respectivos resumos e tem como rotina a gestão e monitoramento do Cadastro de Obras e Ações do Governo (nesta gestão 116.286 ações).

Síntese das Ações Governamentais - Coleta, seleção e editoração de informações dos órgãos da administração direta e indireta do Estado de São Paulo, sobre as principais ações governamentais desenvolvidas e indicadores sócio-econômicos correlatos, objetivando a elaboração de relatórios gerenciais sintéticos, os quais são periodicamente disponibilizados ao Governador, Secretário-Chefe da Casa Civil e demais integrantes do primeiro escalão da Administração Estadual. O principal produto, denominado "Síntese das Principais Ações", que tem seu conteúdo apresentado sob a forma impressa e eletrônica, se constitui num banco de informações que contribui para o desenvolvimento do "Projeto Mapa Estratégico", ora em fase de estruturação nesta Casa Civil.

Comitê de Qualidade da Gestão Pública - Os grupos técnicos, criados no âmbito de CQGP, tem realizado trabalhos que contribuem para a melhoria da gestão pública. Composto pelas Secretarias da Casa Civil, Fazenda, Planejamento e PGE, constituiu, desde 2003, 42 grupos técnicos como os do Parque da Juventude, Videoconferência, Data Center, Melhores Práticas para utilização de energia elétrica. O GT Renegociação de Contratos de energia elétrica aponta uma economia anual projetada em torno de 12,3% (R\$ 1,5 milhão), considerando-se 11 órgãos públicos num total de 382 contrato analisados.

NUCLEO DE APOIO AO COMITÊ - NA/CQGP

Em 27 de maio de 2003, foi instituído por meio do Decreto nº 47.836, o Comitê de Qualidade da Gestão Pública que absorveu as competências e atribuições do Sistema Estratégico de Informações (SEI).

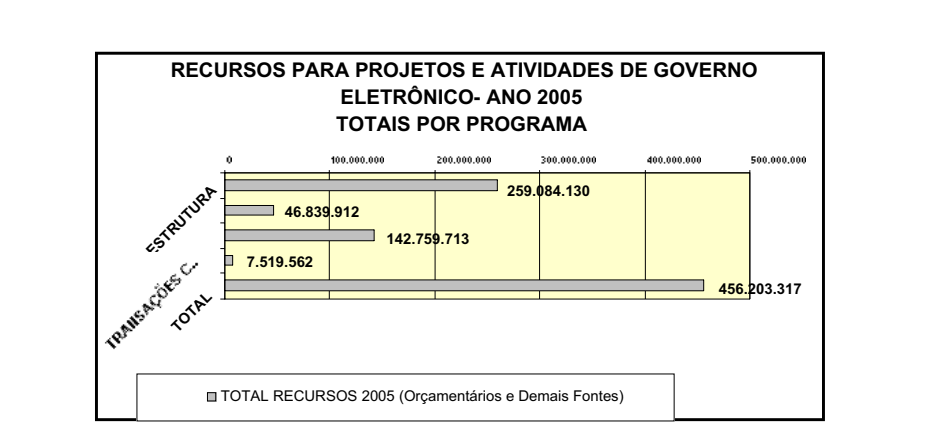
Para dar suporte ao Comitê, foi criado o Núcleo de Apoio no qual foi inserido o grupo de coordenação do Sistema Estratégico de Informações. Portanto o Núcleo de Apoio ao Comitê de Qualidade da Gestão Pública (NA/CQGP) absorveu a coordenação do SEI e também incorporou a secretaria executiva do extinto Conei - Conselho Estadual de Informática.

O NA/CQGP, até agosto de 2005, estava fisicamente instalado em dois locais de trabalho, parte no Palácio composto pelo Grupo do SEI e parte na Fundap composto pelo grupo do extinto CONEI. Agora o NA/CQGP está instalado somente na sala 156 do Palácio dos Bandeirantes.

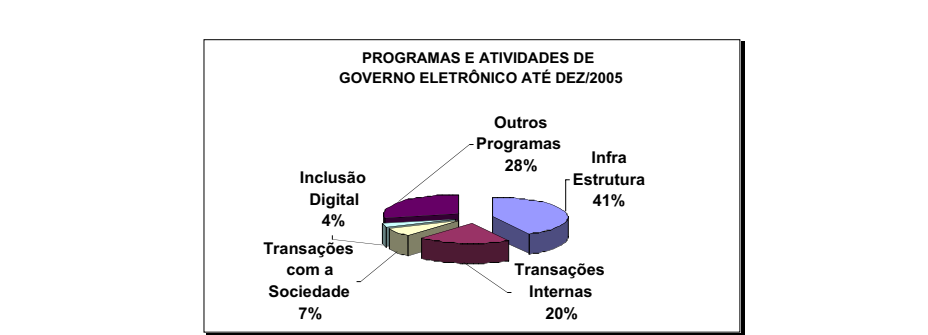
As principais realizações coordenadas pelo NA/CQGP durante o ano de 2005 foram:

- Coordenação da Rede Executiva do SEI com seus aplicativos.
- Manter a integração das políticas de governo eletrônico através de reuniões mensais com gestores públicos representantes de todas as Secretarias e outros poderes (reunião GETIC).
- Coordenar e aplicar as políticas definidas pelo CQGP junto aos programas dos contratos da Casa Civil com a Prodesp: GG-1371-SEI, GG-1368 - Intragov e GG-1369 - Poupatempo
- Representar tecnicamente a Casa Civil no acompanhamento dos projetos de Aporte da Prodesp referentes a TIC.
- Acompanhar e monitorar com indicadores os projetos de TIC inseridos no PPA 2004-2007 dentro do PSTIC - Plano Setorial de Tecnologia de Informação e Comunicação.
- Assessorar as Secretarias e outros poderes no que se refere às políticas e necessidades para ações de TIC em governo eletrônico.
- Atender as solicitações do Colegiado do CQGP.

Acompanhamento de Governo Eletrônico - 2005			
PROGRAMAS DE GOVERNO ELETRÔNICO	ORÇAMENTO APROVADO 2005 (Recursos Orçamentários)	PPA APROVADO 2005 (Recursos Demais Fontes)	TOTAL RECURSOS 2005 (Orçamentários e Demais Fontes)
INFRA-ESTRUTURA	101.594.138	157.489.992	259.084.130
TRANSAÇÕES INTERNAS	41.391.303	5.448.609	46.839.912
TRANSAÇÕES COM A SOCIEDADE	91.383.561	51.376.152	142.759.713
INCLUSÃO DIGITAL	2.461.010	5.058.552	7.519.562
TOTAL	236.830.012	219.373.305	456.203.317



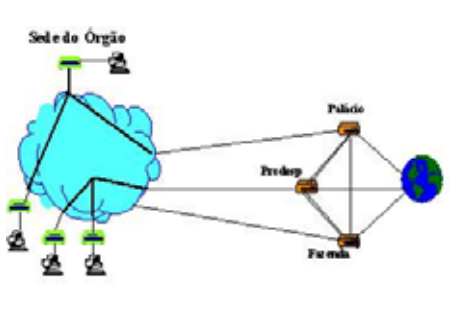
Infra-Estrutura	Transações Internas	Transações com a Sociedade	Inclusão Digital	Outros Programas	TOTAL até DEZEMBRO 2005
342	162	55	29	228	816



Nota: O fato de que se aloca menos recursos financeiros em Inclusão Digital deve ter em consideração o fato que em inclusão digital o uso de software livre e as parcerias que são feitas desoneram altos custos, sem que isso possa indicar uma menor prioridade nesse setor.

Programa INTRAGOV - O Programa Intragov iniciado em 22 de junho de 1999, através de um convênio entre as Secretarias de Governo e Gestão Estratégica (coordenação), Fazenda, Economia e Planejamento, Segurança e Educação, mais a Prodesp, Imesp e Coetel, tem como objetivo integrar as redes de comunicação de dados das Secretarias e Órgãos do Estado visando um melhor aproveitamento de recursos materiais, humanos, financeiros e orçamentários dos participantes. Por outro lado, ele permite que na administração de um contrato único com uma fornecedora de meios de comunicação, inicialmente com a Embratel e agora com a Telefonica, o Estado possa exercer seu poder de compra de forma unificada.

Em 2005 a Licitação Intragov reduziu em 25% o custo dos links de comunicação, quando a fornecedora de comunicação passou da Embratel para a Telefônica.



No Edital de Licitação Intragov de agosto/2005 licitado para 5 anos e o dobro de links existentes, isto é, para 13.000 links, com base nos preços pagos foi previsto um custo total de R\$ 841 milhões de reais, porém diante de um momento adequado de mercado, onde a Embratel, com nova direção acionária desejava ter esse contrato de volta, permitiu que um disputado Leilão feito em 91 lances com a Telefonica o contrato fosse mantido com a Telefonica, porém por um valor de R\$ 245 milhões de reais, o que implicou numa redução de 70,78%, além de incluir no Edital mais 1.000 links sociais gratuitos.

O projeto Intragov é prioritário para uma infovia segura e de qualidade interligar as 20.000 unidades do Executivo, as 645 prefeituras e as instalações Judiciárias (303 comarcas).

A adesão ao Intragov atinge as 22 Secretarias, Órgãos do Poder Executivo, do Judiciário e do Legislativo: Escolas, delegacias de polícia, penitenciárias, hospitais, postos de saúde, postos fiscais, Poupatempo, fóruns de justiça, universidades, estações de metrô, casas de agricultura, agências de controle ambiental e de recursos hídricos, prefeituras.

2005 - custo do contrato GG-1368 - Intragov R\$ 53.429.000 (equivalente ao contrato PRO.00.3770 referente aos acesso da Rede Intragov), que implicou na MAN Intragov (links que ligam os três nós - Prodesp - Fazenda - Palácio) passar de 34 Mbps para 155 Mbps e ter um link automático de contingência com a Fapesp para o acesso Internet. Dos novos links solicitados 7338 estão ativos e 506 pendentes na posição 23/11/2005.

Projetos de Grande Porte envolvendo uso de Intragov

Educação - informatização de escolas	2.833 já instaladas
Tribunal de Justiça - informatização dos Fóruns	457 já instalados

Administração Penitenciária - monitoração dos presídios e video-audiência	151 já instaladas
Educação - Programa de Educação Continuada para professores	118 locais
Polícia Civil - implantação de delegacias	
Poupatempo e atualização de links	1.015 já instalados
Polícia Militar - informatização dos Quartéis e Postos	644 instalados

SISTEMA ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES

Funcionando desde 1995, criou a Rede Executiva que inicialmente interligou o Governador com seus Secretários, e aos poucos foi se expandindo por toda administração estadual, nas Secretarias e seus Órgãos, formando uma rede que hoje conecta cerca de 23 mil gestores/usuários.

Seu ambiente Internet, atualmente instalado no Data Center da Prodesp, está interligado com a Fapesp por meio de um link de 155 Mbps e abriga dentro do domínio "sp.gov.br" 1.225 domínios (locais Internet), sendo: 379 de entidades do Executivo Estadual, 9 do Judiciário, 1 do Legislativo, 474 de Prefeituras Municipais, 288 de Câmaras Municipais e 74 com outros vínculos. Além disso, hospeda, dentro do Data Center Prodesp, 327 sítios ("sites"), sendo 206 do Poder Executivo Estadual, 3 do Poder Judiciário Estadual, 1 do Poder Legislativo Estadual, 63 de Prefeituras, 42 de Câmaras Municipais e 12 com outros vínculos.

Investimentos: envolve compra de equipamentos, aquisições de aplicativos e sistema de software, e aportes junto a Prodesp para grandes projetos.

Custeio: envolve despesas com licenças, operação e manutenção da Rede Executiva pela Prodesp.

Obs. devido a falta de recursos no início da gestão de 1995 o custeio foi negociado para ser pago posteriormente.

Nota. A partir de maio/2003 o SEI foi incluído dentro do Núcleo de Apoio ao Comitê de Qualidade de Gestão Pública

Ano	Investimento (em R\$ mil)	Custeio (em R\$ mil)
1995		
1996	1.466,4	
1997	2.621,6	
1998	6.910,8	
1999	956,6	
2000	6.680,0	10.415,4
2001	2.951,0	12.095,7
2002	1.310,0	13.874,0
2003	350,0	15.366,0
2004	2.500,0	20.718,0
2005	57.814,0	18.776,0

Além da infra-estrutura de comunicação aos cuidados da Prodesp, o SEI vem disponibilizando, ao longo de sua existência, mais de 70 aplicativos voltados para gestão pública, dentre os quais destacamos: Cadastro de Serviços Terceirizados e Pregão Presencial.

Cadastro de Contrato de Serviços Terceirizados (www.cad-terc.sp.gov.br), que desde de 1995 até início de 2005 cadastrou 18.050 fornecedores relativos a 42.914 contratos efetuados, dos quais 6.150 estão ativos. Este aplicativo premiado, basicamente permitiu um re-enquadramento dos preços de contratos para o setor público, que se encontravam num patamar acima de mercado diante da situação deficitária em que o Estado se encontrava em 1995. Com isso, os necessários contratos de serviços terceirizados foram ano a ano se enquadrando em preços competitivos de mercado, graças a essa ferramenta de negociação que os gestores estaduais antes não tinham. O gráfico abaixo demonstra esse ajuste de preços.